



COMUNICADO IIII

SPZC chocado com a reversão das subvenções dos titulares dos cargos políticos

Titulares de cargos políticos devem servir a coisa pública e não servir-se de forma indecorosa e aviltante aos olhos dos seus concidadãos

O Sindicato dos Professores da Zona Centro (SPZC) manifesta a sua mais profunda indignação com a notícia veiculada pela comunicação social da reversão das subvenções dos titulares dos cargos políticos.

Como é consabido, Portugal vive desde há já bastantes anos graves dificuldades em termos económicos que têm vindo a depauperar a situação financeira das famílias e a arrastá-las para o limbo da indigência económica.

Todos os dias somos confrontados com o aumento do número de portugueses que vivem desesperados com a incapacidade de poderem ter de prover às suas necessidades básicas e sem acesso às condições mínimas para uma vida com dignidade.

Aliás, em devido tempo, e fruto da constatação das dificuldades em que vivem nos nossos concidadãos, entendeu o Estado criar mecanismos de apoio a todos esses portugueses, consubstanciado primeiro no rendimento mínimo garantido e posteriormente no rendimento social de inserção. Não sendo uma panaceia para a resolução dos seus problemas foi, pelo menos,

uma tentativa do Estado social responder a uma crescente necessidade de preservar um mínimo da dignidade humana.

O SPZC considera por isso inadmissível e ultrajante que a classe política deste país se constitua numa casta privilegiada alheia à realidade financeira e económica de Portugal e dos portugueses e tenha o topete em se “locupletar” com cerca de nove milhões de euros, valor veiculado pelos media relativamente à reversão das subvenções dos titulares de cargos políticos.

O SPZC exige a todos os titulares de cargos políticos que sejam coerentes com o discurso de austeridade que impõem aos portugueses e alterem esta situação que revela uma insensibilidade e despudor sem limites.

À mulher de César não basta ser séria, tem de parecê-lo. Somos todos portugueses e nesta República de que fazemos parte não pode haver cidadãos de primeira e de segunda. Ou haverá?!

Coimbra, 20 de janeiro de 2016
Dep. Informação, Imagem e Comunicação-DIIC

